

AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ECONOMIA FRANCESA (1)

Apesar de o título sugerir um trabalho essencialmente de índole económica, apenas vagamente desmentido pelo subtítulo, este livro de dois geógrafos do Instituto de Geografia da Universidade de Reims é um documento geográfico de inegável interesse, não só pela variedade de temas abordados como pela actualidade de que algumas questões se revestem para o nosso país.

(1) *Etudes de géographie tropicale offertes à Pierre Gourou*, Ecole Pratique des Hautes Etudes, VI^e Section, Mouton, Paris, La Haye, 1972, 600 p.

(2) G. CAZES et A. REYNAUD, *Les mutations récentes de l'économie française — de la croissance à l'aménagement*. Paris, Doin, 1973, 215 pp.

O esquema geral da obra, dividida em 11 capítulos, tratando de aspectos que vão desde a mobilidade da população, indústria, equipamentos, actividades terciárias, problemas do espaço rural e da urbanização, às dificuldades encontradas pela política de regionalização seguida e respectivas incidências sociais, pode considerar-se ambicioso e convida a uma leitura atenta que, aliás, o estilo e a clareza da exposição facilitam.

Em cada capítulo, após uma exposição mais ou menos detalhada sobre o respectivo assunto, um resumo dos factos mais salientes, sempre claro e sintético, permite ao leitor recapitular facilmente os temas debatidos. A este respeito apenas perguntamos se não seria mais vantajosa a inclusão desse resumo mesmo no final do capítulo, já que só após esta síntese são apresentados quadros e mapas que ilustram os temas expostos, recortes de textos de imprensa (*Le Monde*, por exemplo), de personalidades públicas ou partidos políticos (G. POMPIDOU, GISCARD D'ESTAING, partido comunista francês, etc.) ou ainda de profissionais, nem sempre geógrafos, de inegável reputação por muito discutíveis que sejam os respectivos pontos de vista (H. MENDRAS, A. SAUVY, J. MONOD, H. LEFEBVRE, etc.).

Se dum ponto de vista didáctico — e consideramos esta obra essencialmente dirigida a estudantes universitários — tais resumos ajudam e incitam o leitor na busca e crítica da síntese necessária, mas nem sempre fácil, a cartografia e a polémica quase sempre levantada no final do capítulo, e já depois dos resumos, torná-los-iam muito mais ricos e completos. Esta reserva torna-se sobretudo pertinente porque dada a variedade de temas abordados nem sempre se conseguiu, como aliás era natural, a profundidade de análise que os assuntos exigiam. De qualquer modo, não deixam de ser postas as questões mais relevantes, fornecendo-se uma informação correcta e muito variada, quer estatística quer factual, que permitem uma visão conjuntural global.

Assim, depois de uma análise das tendências evolutivas mais recentes da economia francesa através de vários indicadores que comparam a situação francesa com a de outros países da Europa, nomeadamente, indicadores demográficos, evolução da paridade das moedas em relação ao dólar, expansão verificada nos principais ramos de actividade desde 1960, produção e consumo de energia, evolução do P. N. B. etc., referem-se os dois principais inconvenientes da política económica seguida: a inflação e a ineficácia da política estatal na realização de equipamentos colectivos, pela prioridade dada ao consumo individual.

A justificar ainda os entraves ao crescimento económico, que o 1.º capítulo procura situar por comparação com a situação noutros países, somam-se outras razões de índole psico-social que o teriam também limitado: uma atávica necessidade de segurança, «un désir éperdu de sécurité» (A. SAUVY), atribuída ao envelhecimento não só dos homens como das ideias que a estagnação demográfica acentua, a atracção pela microfilia que privilegia sistematicamente tudo o que é pequeno (quer os problemas de dimensão se refiram a empresas comerciais ou

industriais quer a propriedades rurais) e, finalmente, segundo o autor, o injustificado apego à terra numa França cada vez mais industrializada e urbanizada.

Os capítulos 3.º e 4.º tratam respectivamente de questões de mobilidade espacial, temporal ou profissional e de problemas de modernização de equipamentos. Em qualquer deles, se bem que preparados com base numa informação estatística que só tem a invejar, os problemas são focados dum modo bastante genérico. No capítulo relativo aos equipamentos, «A modernização tardia dos equipamentos», acabam por ser discutidos apenas problemas do equipamento energético, habitação e infra-estruturas de comunicação.

A complexidade e ambiguidade do problema industrial está bastante bem exposta: face ao movimento de concentração que recentemente se verifica, caminha-se para uma estrutura dualista, onde as empresas solidamente implantadas, responsáveis por 2/3 da produção industrial, e cuja potência se afirma por fusões, se opõe um sem número de pequenas e médias empresas (P. M. E.), muitas vezes efémeras. Constatada ainda a ambiguidade da intervenção estatal, quer favorecendo a concentração de grandes grupos industriais quer subvencionando as P. M. E., favorecendo deste modo a dispersão. Tais intervenções, porque contraditórias, comprometem assim qualquer política séria de planeamento regional.

E sobretudo a partir do capítulo 7.º, «As doutrinas do reordenamento do espaço», que os autores se voltam nitidamente para a discussão dos problemas da reestruturação planeada de espaço. Neste capítulo, um dos assuntos mais controversos da actualidade (tenha-se em atenção a discussão que recentemente, e mesmo já a partir do III Plano de Fomento tais problemas têm levantado em Portugal, sem que tenha sido definida ainda uma política satisfatória), são-nos apresentadas as principais críticas e dificuldades encontradas para pôr em prática uma política de regionalização que reduza as disparidades económicas e sociais face a um crescimento que de modo nenhum tem contribuído para as minimizar. Porque tais debates se puseram e terão que continuar a levantar-se, e ainda porque no nosso país se podem apontar praticamente as mesmas objecções, com uma agudeza porventura ainda maior, transcrevemos as críticas que os autores consideram mais pertinentes perante a política de reordenamento do espaço.

— «Em primeiro lugar uma aparição e definição tardias por comparação com os outros países como a Grã-Bretanha por exemplo. Só no decurso do IV Plano (1961-1965) são definidos os objectivos principais e postos em prática os caminhos essenciais.

— Segundo ponto: esta política é ilustrada mais por respostas localizadas e empíricas a problemas conjunturais do que por uma visão de conjunto claramente definida. Daí as flutuações sucessivas, as revisões, quando não as contradições de opções, os «entusiasmos passageiros» (M. ROCHEFORT). A escolha decisiva

entre a concentração ou a dispersão é o fulcro de um debate complexo e confuso.

— Enfim, os quadros políticos e administrativos tradicionais revelam-se inadaptados, raramente capazes de responder a novas exigências. Organismos novos sobrepõem-se aos antigos sem tocar no âmago: questões decisivas como a do poder da região continuam em suspenso.»

E enquadrados nesta perspectiva de regionalização do espaço que são abordados os problemas da urbanização, capítulo 8.º, e o papel da descentralização das actividades terciárias, capítulo 9.º.

Face à aceleração espectacular do movimento da urbanização que se traduz sobretudo por um crescimento preocupante das grandes metrópoles, com a degradação de espaços e de qualidade de vida que esse crescimento acarreta, bem como pela extensão desmesurada da periferia urbana, cuja noção se tenta em vão precisar surgindo mais uma sigla, Z. P. I. U. (zonas de povoamento industrial e urbano), será o modelo urbano ideal o das cidades médias de 200 000-250 000 habitantes? Esta questão, entre outras, é objecto de debate, estabelecendo-se a evidente relação entre os meios efectivos de planificação e a dimensão óptima das cidades. A opção não é clara, pois, apesar de um aparente compromisso a favor das cidades médias, faz-se notar que «a despesa pública por habitante cifra-se em cerca de 1029 F para as cidades entre 100 000 e 300 000 habitantes, ou seja, em média, mais 200 F que nas aglomerações maiores».

Quanto ao sector terciário, para além de uma primeira apresentação do processo de terciarização de actividades e dos problemas que, paralelamente, a aceleração recente do processo de concentração de empregos terciários acarreta, analisam-se os problemas específicos de duas actividades: comercial e turística.

Finalmente, quanto ao problema agrícola, «deu-se sobretudo importância às funções e significado do espaço rural numa sociedade industrial avançada, questão ampla que diz respeito a 90-95 p. 100 do território, por vezes ameaçado de abandono e desertificação».

No último capítulo, «A redistribuição dos espaços regionais», faz-se um cômputo final das regiões de França que, perante os efeitos do crescimento económico e face à política de regionalização seguida, sofreram quer estagnação quer reconversão. Na realidade, a imagem regional tradicional sofreu alterações profundas, oferecendo a França actual paisagens físicas e humanas muito diferentes, mais complexas e diversificadas, não só no plano espacial como pelo tipo e pelo peso dos factores intervenientes, nem sempre de ordem interna, já que os compromissos de vária ordem que as organizações internacionais acarretam, Mercado Comum por exemplo, constituem factores não negligenciáveis.

A este respeito julgamos que uma das críticas mais incisivas a fazer a este trabalho resulta do facto de se partir duma perspectiva quase exclusivamente interna para analisar os problemas económicos

e regionais, o que se torna actualmente muito discutível. Referências muito esporádicas e localizadas a propósito das regiões fronteiriças ou, já na conclusão, a constatação de que «a França deve ao Mercado Comum uma espectacular renovação das suas funções de produtora e exportadora agrícola», mas que é «sintomático constatar que esta reconversão é acompanhada todavia de problemas sociais particularmente vincados», parecem-nos insuficientes e ineficazes para enquadrar os problemas expostos na perspectiva espacial ampla de que decorrem.

Sem dúvida que a informação é rica, mas persistem questões importantes sem resposta: que tipo de crescimento se deve defender? Um crescimento quantitativo ou a prioridade é do qualitativo? Pode adiar-se a resolução de fenómenos de marginalização vários a favor de um crescimento económico que parece ser indiscutível? Que sistemas políticos e consequentemente económicos melhor respondem à necessidade de atenuar disparidades sociais ainda tão evidentes mesmo em França? Pode ou não defender-se a actuação política francesa?

A falta de uma visão crítica e de uma perspectiva histórica mais ampla, sobre a óptica do crescimento, que parece ser indiscutível, imprime a esta obra uma visão demasiado sectorial. A perspectiva capitalista, que se toma com carácter axiomático, a falta de um enquadramento espacial mais amplo, mas necessário, são porventura as reservas fundamentais a fazer a este trabalho, cujo valor é assim mesmo inegável, pela riqueza de informação, documentação cartográfica e estatística e clareza de exposição, e que, por isso, merece não só uma leitura atenta como um posterior esforço de reflexão para questões a que talvez a qualificação profissional dos autores os dispensou de responder.

M. FERNANDA ALEGRIA